

Psicologia em Pesquisa

<https://periodicos.ufjf.br/index.php/psicologiaempesquisa>

Pobreza multidimensional e parentalidade em famílias residentes em Belém-PA

Multidimensional poverty and parenthood in families residing in Belém-PA

Pobreza multidimensional y parentalidad en familias residentes en Belém-PA

Thamyris Maués dos Santos¹, Larissa Matos², Edson Marcos Leal Soares Ramos³, Fernando Augusto Ramos

Pontes⁴ & Simone Souza Costa Silva⁵

¹ Universidade Maurício de Nassau. *E-mail:* thamypsi@gmail.com *ORCID:* <https://orcid.org/0000-0002-7053-5057>

² Instituto de Ensino Superior de Brasília. *E-mail:* larissa-mattos@hotmail.com *ORCID:* <https://orcid.org/0000-0001-5756-2950>

³ Universidade Federal do Pará. *E-mail:* ramosedson@gmail.com *ORCID:* <https://orcid.org/0000-0001-5425-8531>

⁴ Universidade Federal do Pará. *E-mail:* far1304@gmail.com *ORCID:* <https://orcid.org/0000-0001-9569-943X>

⁵ Universidade Federal do Pará. *E-mail:* symon.ufpa@gmail.com *ORCID:* <https://orcid.org/0000-0003-0795-2998>

RESUMO

O objetivo deste artigo é analisar a relação entre a pobreza multidimensional e parentalidade em famílias de Belém, estado do Pará. Entrevistou-se 448 responsáveis de famílias pobres residentes de Belém (PA), com o Inventário de Pobreza Familiar e o Inventário de Estilos Parentais. Cerca de 80% dos participantes concentraram-se nos níveis de pobreza entre 20% e 40%, com média abaixo da nacional. As dimensões *Vulnerabilidade*, *Conhecimento*, *Desenvolvimento* e *IPF Total* apresentaram relações com a parentalidade encontrada nas famílias. Os dados apontaram que quanto maior a condição de pobreza da família, maior a tendência que ela exerça uma parentalidade de risco.

PALAVRAS-CHAVE: Pobreza; Parentalidade; Famílias.

ABSTRACT

The objective of this article is to analyze the relationship between multidimensional poverty and parenting in families from Belém, in the Brazilian state of Pará. A total of 448 heads of poor families living in Belém (PA) were interviewed using the Family Poverty Inventory and the Parenting Styles Inventory. About 80% of the participants were concentrated in poverty levels between 20% and 40%, with an average below the national one. The dimensions *Vulnerability*, *Knowledge*, *Development*, and *Total IPF* showed relationships with the parenting found in those families. The data showed that the greater the poverty condition of the family, the greater the tendency for it to exercise risk parenting.

KEYWORDS: Poverty; Parenthood; Families.

RESUMEN

El objetivo de este artículo es analizar la relación entre pobreza multidimensional y parentalidad en familias de Belém, en el estado brasileño de Pará (PA). 448 tutores de familias pobres residentes en Belém (PA) fueron entrevistados mediante el Inventario de Pobreza Familiar y el Inventario de Estilos Parentales. Alrededor del 80% de los participantes se concentraron en niveles de pobreza entre 20% y 40%, con promedio por debajo del promedio nacional. Las dimensiones *Vulnerabilidad*, *Conocimiento*, *Desarrollo* e *IPF Total* mostraron relaciones con la parentalidad encontradas en las familias. Los datos mostraron que cuanto mayor es la condición de pobreza de la familia, mayor es la tendencia de ésta a ejercer una parentalidad riesgosa.

PALABRAS CLAVE: Pobreza; Parentalidad; Familias.

Informações do Artigo:

Thamyris Maués dos Santos
thamypsi@gmail.com

Recebido em: 01/07/2021

Aceito em: 17/12/2021

A pobreza é um fenômeno complexo, que apresenta diferentes parâmetros de análise. Em geral, os limites de renda são os critérios mais usuais para definir o conceito. Porém, estas noções não contemplam as múltiplas características envolvidas neste fenômeno, que abrange vários aspectos humanos, desde os biológicos até os sociais, sendo necessário atentar para sua reverberação ampla (Bem & Wagner, 2006).

Por estar ligada a condições adversas, a pobreza é amplamente considerada um dos principais fatores de risco para o desenvolvimento humano, embora não seja a causa direta dos problemas encontrados nas famílias de baixa renda (Richaud et al., 2013; Yunes, Garcia & Albuquerque, 2007). Em geral, indivíduos vivendo nesta condição encontram-se em maior condição de vulnerabilidade, em função do maior risco de privação de alimento, de afeto, de proteção, de educação, dentre outras. Deste modo, dentre os possíveis prejuízos

ocasionados pela situação de adversidade socioeconômica estão os piores resultados de saúde, atingindo aspectos sociais, emocionais e cognitivos (Engel de Abreu et al., 2015; Richaud et al., 2013).

De modo geral, a pobreza envolve, no mínimo, três tipos de desvantagem, que potencializam as condições de vulnerabilidade: a menor renda, a dificuldade material severa e os problemas de saúde dos adultos, que possuem intrínseca relação com a insegurança econômica (Dreyer, Chung, Szilagyi & Wong, 2016). A dificuldade material, em especial, é uma desvantagem intimamente relacionada com a multidimensionalidade da pobreza, atuando em aspectos como serviços, alimentação, moradia e cuidados médicos. Assim, as dificuldades materiais apresentam-se como o fim da renda familiar mensal antes da obtenção do próximo rendimento, o corte de serviços por falta de pagamento, a insegurança alimentar, as mudanças para residências de outros familiares ou abrigos e a exclusão de serviços médicos, dentre outras condições (Dreyer et al., 2016).

Com base na noção que a pobreza é um fenômeno que se estende para outros âmbitos que vão além da falta de renda, interferindo inclusive nas relações intrafamiliares, torna-se fundamental compreender os aspectos influenciados pela pobreza e como ocorre tal influência, sendo necessário recorrer à construção de medidas amplas, capazes de investigar este fenômeno de modo mais abrangente. O teórico pioneiro nesta abordagem é Amartya Sen, que considera a pobreza como um fenômeno multidimensional marcado por diversas carências, tais como saúde, educação, saneamento, habitação, lazer, nutrição, trabalho etc. O não suprimento de uma dessas carências reforça a ausência de outras, demonstrando a interligação complexa preponderante (Silva, Souza, & Araujo, 2017).

No Brasil, uma das medidas para analisar a pobreza multidimensional construídas é o Índice de Pobreza Familiar (IPF – Barros, Carvalho, & Franco, 2006), que apresenta como principal vantagem a amplitude de questões contidas na estrutura do instrumento. É constituído a partir da análise de seis dimensões, a saber: Vulnerabilidade, Desenvolvimento, Acesso ao Conhecimento, Acesso à Renda, Trabalho e Carências Habitacionais. Um dos diferenciais deste instrumento é a possibilidade de aplicação e análise do nível de pobreza das famílias e não apenas de regiões.

Ao considerar os contextos mais amplos, as famílias pobres geralmente residem em ambientes nos quais evidencia-se o caos, a falta de controle e o estresse. Sua organização estrutural tende ao “enredamento”, na qual outros parentes são inseridos no núcleo familiar (Sarti, 1994, 2015). Geralmente essa inserção deve-se ao desemprego, aos baixos salários e à instabilidade das relações conjugais (Bem & Wagner, 2006). Destaca-se ainda a maior tendência à sobrecarga de papéis destinados às mulheres, tendo em vista a maior frequência de configurações monoparentais, nas quais é necessário que um único indivíduo supra as demandas de cuidado e de subsistência dos demais (Bem & Wagner, 2006; Sarti, 1994).

Este “enredamento” intrafamiliar ocorre em paralelo com a construção de uma “rede de solidariedade”, composta por vizinhos e amigos mais próximos. Tal rede, quando se materializa, é um recurso fundamental para estes grupos (Attree, 2005; Bem & Wagner, 2006). Nota-se, porém, que existe uma tendência a menor suporte social formal e informal para as famílias pobres, devido aos maiores níveis de estresse nos laços afetivos e ao menor acesso a recursos (Attree, 2005; Morris et al., 2017).

A importância de compreender aspectos intrafamiliares de grupos pobres sustenta-se na concepção da família como um contexto de extrema importância para o desenvolvimento saudável dos indivíduos (Bronfenbrenner, 1979/1996; Falcke, Rosa, & Steigleder, 2012; Morris et al., 2017). Isso porque as relações estáveis e duradouras, construídas no início da vida, mitigam os efeitos das adversidades, de modo que o cuidado suporte e afetivo é um amortecedor de consequências adversas (Morris et al., 2017).

As interações parentais saudáveis e duradouras orientam o desenvolvimento emocional e cognitivo das crianças e permitem que estas explorem seu mundo com um sentido de segurança emocional (Koller, de Antoni, & Carpena, 2012; Morris et al., 2017). Assim, a sensibilidade e a responsividade parentais são fatores chave para a obtenção de resultados desenvolvimentais saudáveis para a prole.

Como consequência, crianças cujos pais são mais sensíveis e cuidadosos na primeira infância exibem menos problemas comportamentais e de saúde mental e são mais propensos a serem pró-sociais e bem-sucedidos na escola (Morris et al., 2017; Richaud et al., 2013; Szymanski, 2004). Não obstante as atitudes dos pais sejam mecanismos chave para reduzir a produção de resultados negativos para as crianças (Dreyer et al., 2016), os

estilos parentais encontrados em famílias pobres comumente podem ser de risco, caracterizados por altos índices de autoritarismo ou de negligência (Bem & Wagner, 2006; Richaud et al., 2013).

Em contrapartida é importante compreender o fenômeno da pobreza a partir de características sociais específicas. No cenário brasileiro, caracterizado por ser uma das economias com distribuição mais desigual de renda em nível mundial, ocorre uma transmissão intergeracional de desigualdades, sendo este aspecto o predominante em relação à escassez de recursos (Gonçalves & Silveira, 2013).

As baixas mobilidades intergeracionais de renda e de educação do país estão na base de um cenário no qual predomina uma baixa mobilidade social geral, sendo a menor da América Latina e uma das menores do mundo. Deste modo, existe uma tendência à transmissão do status social entre as gerações, o que contribui para a persistência das desigualdades (Gonçalves & Silveira, 2013). Outro aspecto a ser considerado nas análises realizadas no país, diz respeito à desigualdade expressa nas diferenças entre as regiões, de modo que a pobreza multidimensional nas regiões Norte e Nordeste do Brasil são significativamente maiores que as das regiões Sul e Sudeste (Gonçalves & Silveira, 2013; Silva et al., 2017).

Uma vez que o cuidado das famílias é uma variável também influenciada por aspectos culturais, pais e cuidadores de diferentes culturas respondem de formas diferentes aos estressores da pobreza, realizando ajustes necessários às demandas ambientais (Bem & Wagner, 2006; Richaud et al., 2013). Portanto, dado que as estratégias parentais podem variar em função das culturas nas quais estão inseridas que por sua vez são fortemente induzidas por questões de ordem econômica e social, como o grau de pobreza (Richaud et al., 2013), assim, o presente estudo tem como objetivo analisar a relação existente entre a pobreza multidimensional e a parentalidade em famílias residentes no município de Belém, estado do Pará.

Método

Participantes

Participaram deste estudo 448 mães/ responsáveis de famílias pobres residentes na porção continental do município de Belém (PA), sendo realizado planejamento amostral para obter esta quantidade. Os critérios de inclusão das famílias no estudo foram: (a) Inscrição no Cadastro Único (CadÚnico) do Governo Federal até

o mês de agosto de 2015, com residência na porção continental do município de Belém; (b) Famílias com no mínimo uma criança ou adolescente, com idade entre cinco e 18 anos, em função dos critérios estabelecidos pelos instrumentos utilizados.

As características sociodemográficas apresentadas pelos participantes foram as seguintes: a maior parte eram mães (90,6%) e estavam empregadas (57,8%), sendo a estrutura mais frequente a de famílias monoparentais chefiadas pela mãe (32,3%), seguida por famílias nucleares (29,4%). Por conseguinte, a maioria das participantes não apresentava um companheiro afetivo (54,3%). Além do mais, a maior concentração etária das participantes estava na faixa de 30 a 39 anos (48,4%), possuindo o Ensino Médio Completo (51,1%) e tinham um a três filhos (87,1%).

Ambiente

O município de Belém, capital do estado do Pará, é composto por cerca de 1.499.641 habitantes, sendo o segundo mais populoso da região Norte. Não obstante cerca de 70% da população encontrar-se em idade ativa, apenas 30,5% da população estava ocupada em empregos formais no ano de 2015. Dadas as dificuldades de formalização laboral, a taxa percentual da população que sobrevive com rendimento nominal mensal *per capita* de até meio salário-mínimo, ou seja, em situação de pobreza, é de 39% (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística [IBGE], 2017).

Consonantes com estas informações, em 2016, havia 144 mil famílias residindo em condição de vulnerabilidade pessoal e social no município de Belém. Não obstante o Índice de Desenvolvimento Humano apresentado pelo município no ano de 2016 ser de 0,746, o que se caracteriza como um índice alto, outros quesitos de avaliação de desenvolvimento social, como o Índice de Desempenho da Educação Básica (IDEB) mostram-se aquém do esperado para o alcance de objetivos importantes para o bem-estar dos indivíduos (IBGE, 2017).

No município, o órgão responsável pelas políticas direcionadas a famílias economicamente vulneráveis é a Fundação Papa João XXIII (FUNPAPA), que no ano de 2015 atendeu 103.740 famílias, o que excetua cerca de 40 mil famílias de atendimentos socioassistenciais. Para a prestação de serviços de atenção básica, a

FUNPAPA está estruturada em 12 Centros de Referência em Assistência Social (CRAS), localizados em áreas periféricas e que apresentam vulnerabilidade no município, a saber, Aurá, Barreiro, Bengui, Cremação, Icoaraci, Guamá, Jurunas, Mosqueiro, Outeiro, Pedreira, Terra Firme, Tapanã.

Instrumentos

Inventário sociodemográfico (ISD)

O Inventário Sociodemográfico é um instrumento que tem como objetivo caracterizar as famílias participantes do estudo em termos sociodemográficos. É constituído por 41 itens e utilizado tradicionalmente no Laboratório de Ecologia do Desenvolvimento (UFPA), demarcando o primeiro contato com os participantes (Silva, Pontes, Lima, & Maluschke, 2010) e possibilitando o início da relação entre pesquisador e pesquisado. A partir do ISD foram extraídas informações referentes ao status familiar, estado civil, situação laboral, idade, escolaridade e quantidade de filhos das participantes, além de informações acerca da estrutura familiar.

Índice de pobreza familiar (IPF)

O Índice de Pobreza Familiar (IPF) é uma alternativa multidimensional para medir a pobreza, proposta por Barros et al. (2006). O IPF pode ser calculado em grupos demográficos e em nível familiar. É composto por seis dimensões, 26 componentes e 48 indicadores, sendo as seis dimensões: *Vulnerabilidade*, *Acesso ao conhecimento*, *Acesso ao trabalho*, *Desenvolvimento infantil* e *Carências habitacionais*. Neste estudo, cada uma das dimensões foi avaliada separadamente, sendo que sua variação vai de 0 (zero - para aquelas famílias sem qualquer traço de pobreza) a 100 (cem - para as famílias absolutamente pobres). No artigo no qual é proposto, o IPF não foi submetido a uma avaliação com teste alfa de Cronbach. Uma vez que o instrumento não apresenta pontos de corte padronizados, os resultados foram divididos em quartis, sendo estabelecidas as seguintes divisões: famílias mais pobres (25% mais pobres), famílias em média pobreza (famílias com média de 26% a 75% na distribuição ordinal) e famílias menos pobres (25% menos pobres).

Inventário de estilos parentais (IEP)

O estilo parental foi medido através do Inventário de Estilos Parentais (IEP - Gomide, 2011), que busca avaliar a forma como os pais educam seus filhos. O IEP é formado por duas grandes práticas, positivas e

negativas, constituídas por sete dimensões, a saber: *Monitoria Positiva (MP)*, *Comportamento Moral (CM)*, como práticas positivas, e *Monitoria Negativa (MN)*, *Punição Inconsistente (PI)*, *Disciplina Relaxada (DR)*, *Abuso Físico (AF)* e *Negligência (NEG)*, como práticas negativas. Para cada dimensão, são apresentadas seis questões, de modo que o instrumento é composto por 42 questões.

Após a aplicação do IEP é possível obter o índice de estilos parentais (IEP) com a soma das práticas positivas e posterior subtração das práticas negativas. Os valores obtidos variam de +24 (ausência de práticas negativas e presença total de práticas positivas) a -60 (ausência de práticas positivas e presença total de práticas negativas). Após a divisão da amostra em quartis, foram estabelecidos os seguintes níveis: Risco (25% piores resultados), Médio (Resultados entre 26% e 75%) e Ótimo (25% melhores resultados).

Procedimentos de Coleta

Após a submissão do macroprojeto “Pobreza e Ecologia do Desenvolvimento” ao Comitê de Ética em Pesquisas Científicas, do Núcleo de Medicina Tropical da Universidade Federal do Pará, que o aprovou sob parecer CAAE 21653814.4.0000.5172.

Posteriormente foram realizadas discussões teóricas no Grupo de Estudos de Famílias em Vulnerabilidade Social, do Laboratório de Ecologia do Desenvolvimento (GEFAVS-LED), a fim de estabelecer o critério de elegibilidade dos participantes; foi considerado que as famílias deveriam ter a inscrição efetivada no CadÚnico. Posteriormente, solicitou-se ao Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS) o banco de dados de famílias inseridas no CadÚnico do município de Belém até o mês de agosto de 2015.

Com a obtenção desse material, no qual constavam informações de 154.779 famílias, foi realizado o cálculo amostral de famílias a serem coletadas por bairro do município. Foram utilizados procedimentos de Amostragem Aleatória Simples – na qual se atribui a cada elemento da população um número distinto, em seguida, foram realizados sucessivos sorteios até se completar o tamanho da amostra – e Amostragem Aleatória Estratificada – que consiste em subdividir a população em grupos homogêneos (denominados estratos) segundo a variável de interesse e utilizar uma amostragem simples em cada estrato (Bolfarine & Bussab, 2005). O erro

amostral foi fixado em 5% e, após os cálculos estatísticos, foi possível obter a quantidade necessária de participantes.

Durante a preparação para a coleta de dados, foram selecionados os instrumentos a serem aplicados e realizado estudo piloto com famílias de perfis semelhantes às deste estudo. Posteriormente foi decidido que os instrumentos seriam aplicados através de entrevistas individuais, a fim de dirimir quaisquer dúvidas existentes entre os participantes.

Após o estudo piloto realizou-se contato com a FUNPAPA, quando foi explicado o objetivo da pesquisa, os procedimentos que seriam adotados e solicitada autorização para a realização de entrevistas nos ambientes dos CRAS. Diante da concordância dos coordenadores dos CRAS, solicitou-se os dias de atendimento a pessoas que tivessem demandas de CadÚnico/ Programa Bolsa Família. Isto porque as famílias que estivessem nos Centros de Atendimento com demandas diferentes poderiam apresentar condições de vulnerabilidade diferenciadas, o que enviesaria as informações fornecidas. Tendo em vista que a população participante deste estudo residia apenas na área continental do município de Belém, foram excluídos os CRAS das ilhas de Mosqueiro e de Outeiro, além de famílias ribeirinhas atendidas no CRAS Guamá.

Estando no CRAS, a equipe dividia-se em duplas e dirigia-se a um possível participante, apresentando-se e perguntando inicialmente: a) Qual o motivo que a direcionou ao CRAS? b) Qual o bairro em que morava? c) Se possuía filhos ou crianças sob as quais era responsável com idade entre cinco e 18 anos incompletos. Uma vez que as respostas a essas perguntas estavam de acordo com o requerido pela pesquisa, solicitava-se anuência do participante para realização da entrevista através da leitura e assinatura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido. A duração média da entrevista era de uma hora e a duração da coleta de dados estendeu-se durante todo o ano de 2016.

Procedimentos de Análise

Para realizar a análise dos dados, os instrumentos preenchidos foram inseridos em um arquivo do programa SPSS 20.0. Após a inserção, foi obtido o IEP da amostra, de acordo com os parâmetros estabelecidos

por Gomide (2011) e o IPF, bem como os valores referentes a cada uma de suas dimensões, de acordo com Barros et al. (2006).

A fim de realizar a associação entre o IEP e as dimensões do IPF foi realizada a Análise de Correspondência, que é uma técnica estatística exploratória utilizada para verificar associações ou similaridades entre variáveis qualitativas ou variáveis contínuas categorizadas (Fávero, Belfiore, Silva, & Chan, 2009). As associações entre as categorias são consideradas moderadamente significativas quando o valor do coeficiente de confiança estiver $50 \leq \gamma \times (100) < 70\%$, e fortemente significativas, quando o valor do coeficiente de confiança for $(\gamma) \geq 70,00\%$. A análise de correspondência foi realizada com o auxílio do aplicativo Statistica, versão 6.0. Em todos os testes, fixou-se $\alpha = 5\%$ ($p \leq 0,05$) para rejeição da hipótese nula.

Resultados e Discussão

A fim de realizar as associações entre as dimensões da pobreza e a parentalidade, foi necessário identificar algumas características das famílias investigadas. Com relação ao nível de pobreza familiar, medido pelo IPF, cerca de 80% dos participantes apresentaram nível de pobreza familiar de 20% a 40%, o que os coloca em uma posição na qual a vulnerabilidade econômica e social vivenciada não é extrema, concentrando-se principalmente abaixo da média estabelecida pelo instrumento. De modo semelhante, ao analisar a média obtida a partir de dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD), de 2003, a média nacional foi de 25% (Barros et al., 2006), o que indica que os dados obtidos neste estudo estão pareados com a média nacional.

Com relação à análise sobre a parentalidade realizada com o IEP, 46,2% (207) das famílias apresentaram nível “Médio” de parentalidade que, considerando a normatização de Sampaio e Gomide (2007), corresponde à junção dos níveis “Bom acima da média” e “Bom abaixo da média”. De acordo com as autoras, esses pais devem ser aconselhados a realizar leituras de orientação ou participação em grupos de treinamento parental, com o objetivo de aprimorar suas práticas.

Considerando as relações existentes entre as dimensões da pobreza e a parentalidade, as análises de correspondência revelam os dados expostas na Tabela 1.

Tabela 1.

Análise de Correspondência do IPF, das dimensões Vulnerabilidade, Conhecimento, Trabalho, Renda, Desenvolvimento e Habitação, e do IEP.

IPF	IEP		
	Risco	Médio	Ótimo
Vulnerabilidade			
Baixa	-2,92 (0,00)	2,14 (96,80)*	0,09 (7,33)
Média	-0,79 (0,00)	0,43 (32,96)	0,22 (17,55)
Alta	3,36 (99,92)*	-2,35 (0,00)	-0,26 (0,00)
Falta de Acesso ao Conhecimento			
Baixa	-3,80(0,00)	1,00 (68,08)**	2,45 (98,59)*
Alta	4,90 (100,00)*	-1,29 (0,00)	-3,17 (0,00)
Falta de Acesso ao Trabalho			
Baixa			
Média		$p = 0,080$	
Alta			
Falta de Acesso à Renda			
Baixa			
Alta		$p = 0,821$	
Déficit no Desenvolvimento			
Baixo	-3,55 (0,00)	1,33 (81,80)*	1,76 (92,23)*
Alto	4,25 (100,00)*	-1,60 (0,00)	-2,11 (0,00)
Déficit na Habitação			
Baixo			
Médio		$p = 0,232$	
Alto			
Total IPF			
Baixa	-2,48 (0,00)	1,34 (82,00)*	0,70 (51,51)**
Média	-0,29 (0,00)	-0,85 (0,00)	1,39 (83,64)*
Alta	3,01 (99,74)*	-0,42 (0,00)	-2,43 (0,00)

Nota. *: Probabilidade de relação alta; **: Probabilidade de relação moderada.

De acordo com as informações apresentadas na Tabela 1, as dimensões *Trabalho, Renda e Habitação* do Índice de Pobreza Familiar (IPF) não apresentaram relações significativas com a parentalidade, medida pelo IEP. As dimensões *Vulnerabilidade, Conhecimento, Desenvolvimento e IPF Total* apresentaram relações com a parentalidade encontrada nas famílias.

No que concerne à relação entre a *Vulnerabilidade* e o IEP, famílias menos vulneráveis apresentam alta probabilidade de exercerem uma parentalidade média e famílias mais vulneráveis de exercerem uma parentalidade de risco. A vulnerabilidade medida pelo IPF diz respeito a elementos como a maior taxa de fecundidade familiar, à ausência da mãe no ambiente familiar, à existência de crianças, adolescentes, jovens e

idosos e à monoparentalidade. Na amostra de participantes deste estudo, estes aspectos estão interligados e coexistindo (Moura & Gomes, 2014).

Em relação à monoparentalidade, esta é uma condição que foi expressa de modo frequente nas famílias que fizeram parte deste estudo. Sua relação com a vulnerabilidade ocorre, em geral, pela sobrecarga cuja figura parental, geralmente a mãe, está exposta. Nesse contexto de configuração familiar, as mães, muitas vezes, acumulam responsabilidades referentes ao sustento e ao cuidado dos filhos concomitantemente. Deste modo, estas mulheres executam tarefas distintas e exigentes, que tendem a gerar altos níveis de estresse e consequências adversas para o seu próprio bem-estar e para o desenvolvimento de seus filhos (Morris et al., 2017; Moura & Gomes, 2014; Yunes et al., 2007).

Com relação ao acesso ao *Conhecimento*, famílias com mais acesso ao conhecimento apresentaram uma probabilidade moderada de exercerem parentalidade média e alta probabilidade de exercerem uma ótima parentalidade. Por outro lado, famílias com menos acesso ao conhecimento possuem alta probabilidade de exercerem parentalidade de risco. A escolaridade dos pais possui grande efeito nas condições e oportunidades escolares que estarão disponíveis para os filhos, sendo a mobilidade intergeracional em educação fortemente influenciada pelas condições econômicas e posição social da família (Gonçalves & Silveira, 2013). Por conseguinte, a falta de recursos das famílias pobres para investirem na educação dos filhos e a falta de acesso a recursos financeiros tende a perpetuar o ciclo de pobreza entre as gerações (Gonçalves & Silveira, 2013). Atuando em nível intrafamiliar, o baixo nível de escolaridade na família, especialmente da escolaridade materna, pode ser um fator de risco ambiental para o desenvolvimento saudável das crianças e adolescentes (Dreyer et al., 2016; Silva et al., 2011). Isto porque o conhecimento sobre si mesma e sobre a maternidade em geral é ampliado pela escolaridade, além de, as mães encontrarem mais suporte para que tomem decisões favoráveis à saúde e ao bem-estar infantil (Richaud et al., 2013; Silva et al., 2011).

Outrossim, pais que desconhecem as etapas do desenvolvimento infantil tendem a sofrer estresses causados pelas divergências entre suas expectativas e as possibilidades de aprendizado das crianças (Silva et al., 2011). Como consequência, podem tomar decisões menos adequadas sobre as práticas educativas, como

utilização de abuso físico, negligência e monitoria negativa. Por outro lado, mães com um conhecimento mais elaborado a respeito das teorias do desenvolvimento infantil e da aprendizagem tendem a perceber seus filhos como mais competentes, o que sugere a construção de um ambiente com melhores condições para estimulação diária e aumento do desempenho cognitivo das crianças (Silva et al., 2011).

No que diz respeito ao *Desenvolvimento*, famílias que apresentaram menos dificuldades no desenvolvimento de seus membros possuem probabilidades altas de exercerem parentalidade média e ótima, ao passo que famílias que apresentaram mais dificuldades apresentaram alta probabilidade de exercerem parentalidade de risco. A pobreza vivenciada durante a infância pode afetar o desenvolvimento dos indivíduos de maneira ampla e profunda, não ficando restrita a questões monetárias (Evans, 2016). Suas consequências abrangem aumento da mortalidade infantil, baixo peso ao nascimento com subsequentes problemas de saúde e de desenvolvimento, maior severidade e incidência de doenças crônicas, como asma, maior insegurança alimentar, com menor nutrição e menor crescimento ou maior obesidade, maiores taxas de mortalidade e pior saúde oral (Dreyer et al., 2016; Evans, 2016; Morris et al., 2017).

Além das questões físicas condizentes com o desenvolvimento infantil, as crianças pobres também podem experimentar maiores dificuldades comportamentais e de saúde mental, gerando complicações que podem se estender até a vida adulta, em geral (Dreyer et al., 2016; Evans, 2016). Em contrapartida, a relação entre a pobreza e déficits no desenvolvimento infantil geralmente é minimizada pela presença de um cuidador que ofereça suporte, acolhimento e orientação às demandas infantis (Evans, 2016). Certamente, explicações causais não são cabíveis acerca desta dinâmica, porém, de acordo com as evidências, as crianças pobres estão mais protegidas de sofrerem danos relacionados à sua condição econômica quando cercadas por uma família que apresente práticas de parentalidade positiva (Dreyer et al., 2016; Morris et al., 2017).

Como última associação analisada, no tocante à relação entre o IPF total e o IEP, existe alta probabilidade de que famílias menos pobres exerçam parentalidade média e média probabilidade de exercerem parentalidade ótima. Existe também alta probabilidade de que famílias que vivam em pobreza média apresentem

uma parentalidade ótima. Finalmente, existe alta probabilidade de que famílias mais pobres exerçam uma parentalidade de risco.

Deste modo, os dados apontam na direção de que quanto maior a condição de pobreza da família, maior a tendência que a mesma exerça uma parentalidade de risco. A importância das atitudes parentais para a saúde dos indivíduos relaciona-se à relevância do suporte e do cuidado para o bem-estar infantil, em particular nos primeiros anos de vida. Para as crianças que vivem em condição de pobreza, tais relações são ainda mais importantes, em função da maior exposição a problemas de saúde e de consequências desenvolvimentais sociais, emocionais e cognitivas adversas (Evans, 2016; Morris et al., 2017). Ressalta-se que as correlações entre a condição socioeconômica e a parentalidade envolvem aspectos biológicos, psicológicos e sociais.

Em termos biológicos, as condições de pobreza exercem influência no funcionamento orgânico dos indivíduos que passam por privações. Estas influências estão ligadas à má-nutrição decorrente da menor renda disponível para a aquisição de subsídios alimentares, às condições de moradia e saneamento mãos precárias, mas também aos maiores níveis de estresse crônico, que predispõem os organismos à incidência de doenças, dada a fragilidade do sistema imunológico. (Evans, 2016; Morris et al., 2017).

Além dos aspectos biológicos, o estresse crônico decorrente do menor acesso a condições financeiras suficientes para suprir as necessidades dos indivíduos está também associado com variáveis psicológicas. Indivíduos que vivem na pobreza também apresentam maiores probabilidades de portarem transtornos de ansiedade e de humor em sua vida adulta, bem como as crianças de manifestarem transtornos com sintomas internalizantes ou externalizantes (Bortolini & Andretta, 2013; Evans, 2016).

Por fim, no que diz respeito aos aspectos sociais, famílias mais pobres frequentemente possuem menos suporte social, devido à maior probabilidade de que os laços sociais que possuem sejam afetados por altos níveis de estresse. Além disso, há o menor acesso aos suportes institucionais, seja em função da disponibilidade dos mesmos, do desconhecimento de direitos assegurados pelos dispositivos ou da insuficiência de recursos para que se tenha acesso aos mesmos. Essa condição tende a ocasionar isolamento e falta de capital social, o que tem sido associado a numerosos resultados adversos em saúde e desenvolvimento (Morris et al., 2017).

Conclusão

A *Vulnerabilidade* apresentada pelas famílias, a dificuldade de acesso ao *Conhecimento* e no *Desenvolvimento* infantil foram as dimensões que apresentaram alta probabilidade de relação com a parentalidade de risco. Além disso, quanto mais alto o Índice de Pobreza Familiar, ou seja, quanto mais pobre a família, maior a probabilidade de que a parentalidade exercida seja de risco, nesta população. Deste modo, a partir das análises empreendidas, foi possível avaliar as relações existentes entre a pobreza multidimensional e a parentalidade em uma grande metrópole da Amazônia brasileira.

A utilização de metodologia quantitativa com uma amostra representativa de participantes, em uma metrópole, favorece a possibilidade de generalização destes resultados para populações que tenham perfis semelhantes. Além disso, oferece validade para os dados, uma vez que foram utilizados instrumentos padronizados e reconhecidamente adequados para a consecução do objetivo da pesquisa.

Dentre as limitações encontradas neste estudo, cita-se a necessidade de maior detalhamento das características pessoais das participantes, como aspectos da configuração familiar, da etnia, da religiosidade e da rede de suporte social. Estes elementos poderiam trazer explicações alternativas às encontradas e tendem a ser influentes, sendo relacionados com as condições socioeconômicas.

No que diz respeito a possibilidades de estudos futuros, sugere-se que sejam feitos estudos com outras populações que também sejam pobres e que não estejam inseridas no Cadastro Único do Governo Federal. Outro aspecto que mereceria destaque são as relações existentes entre as dimensões de grupos específicos, como gênero, configurações familiares, etnia, bairro de moradia, dentre outras. Além destes, a obtenção e análise de dados qualitativos acerca deste fenômeno pode auxiliar na compreensão da escolha das práticas parentais exercidas nas famílias.

Por fim, este estudo contribui com a construção de teorias que possibilitem a compreensão de quais elementos estão relacionados à forma como os pais educam seus filhos. Permite ainda reconhecer quais dimensões da pobreza são mais influentes e cujas ações devam ser direcionadas para que os pais possam ter mais suporte para cuidar de seus filhos.

Referências

- Attree, P. (2005). Parenting support in the context of poverty: A meta-synthesis of the qualitative evidence. *Health and Social Care in the Community*, 13(4), 330–337. doi:10.1111/j.1365-2524.2005.00562.x.
- Barros, R. P., Carvalho, M., & Franco, S. (2006). *Pobreza multidimensional no Brasil*. Recuperado de https://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/TDs/td_1227.pdf
- Bem, L. A., & Wagner, A. (2006). Reflexões sobre a construção da parentalidade e o uso de estratégias educativas em famílias de baixo nível socioeconômico. *Psicologia em Estudo*, 11(1), 63–71. doi:10.1590/S1413-73722006000100008
- Bolfarine, H., & Bussab, W. (2005). *Elementos de Amostragem*. São Paulo: Edgar Blücher.
- Bortolini, M., & Andretta, I. (2013). Práticas parentais coercitivas e as repercussões nos problemas de comportamento dos filhos. *Psicologia Argumento*, 31(73), 227–235. Recuperado de <https://periodicos.pucpr.br/psicologiaargumento/article/view/20175>
- Bronfenbrenner, U. (1996). *A ecologia do desenvolvimento humano: Experimentos naturais e planejados* (Trad. M. A. V. Veronese). Porto Alegre: Artmed. (Original publicado em 1979).
- Dreyer, B., Chung, P. J., Szilagyi, P., & Wong, S. (2016). Child poverty in the United States today: Introduction and executive summary. *Academic Pediatrics*, 16(3S), S1–S5. doi:10.1016/j.acap.2016.02.010.
- Engel de Abreu, P. M. J., Tourinho, C. J., Puglisi, M. L., Nikaedo, C., Abreu, N., Miranda, M. C., Befi-Lopes, D. M., Bueno, O. F. A., & Martin, R. (2015). *A pobreza e a mente: Perspectiva da ciência cognitiva*. Walferdange, Luxembourg: The University of Luxembourg.
- Evans, G. W. (2016). Childhood poverty and adult psychological well-being. *Proceedings of the National Academy of Sciences of the United States of America*, 113(52), 14949–14952. doi:10.1073/pnas.1604756114
- Falcke, D., Rosa, L. W., & Steigleder, V. A. T. (2012). Estilos parentais em famílias com filhos em idade escolar. *GeraiS: Revista Interinstitucional de Psicologia*, 5(2), 282–293. Recuperado de <http://pepsic.bvsalud.org/pdf/gerais/v5n2/v5n2a08.pdf>

- Fávero, L., Belfiore, P., Silva, F., & Chan, B. (2009). *Análise dos dados: Modelagem multivariada para tomada de decisões*. Rio de Janeiro: Elsevier.
- Gomide, P. I. C. (2011). *Inventário de estilos parentais – IEP: Modelo teórico, manual de aplicação, apuração e interpretação* (2a. ed). Petrópolis, RJ: Vozes.
- Gonçalves, M. B. C., & Silveira, R. da M., Nt. (2013). Persistência intergeracional de educação no Brasil: O caso da Região Metropolitana do Recife. *Estudos em Economia*, 43(3), 435–463. Recuperado de <https://www.scielo.br/j/ee/a/BYJWvCwCSRJy9dnxhcBYspz/?format=pdf&lang=pt>
- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. (2017). *Cidades - Pará - Belém*. Recuperado de <https://cidades.ibge.gov.br/v4/brasil/pa/belem/panorama>
- Koller, S. H., De Antoni, C., & Carpena, M. E. F. (2012). Famílias de crianças em situação de vulnerabilidade social. In M. N. Baptista, & M. L. M. Teodoro (Orgs.), *Psicologia de família: Teoria, avaliação e intervenção* (pp. 156-165). Porto Alegre: Artmed.
- Morris, A. S., Robinson, L. R., Hays-Grudo, J., Claussen, A. H., Hartwig, S. A., & Treat, A. E. (2017). Targeting parenting in early childhood: a public health approach to improve outcomes for children living in poverty. *Child Development*, 88(2), 388–397. doi:10.1111/cdev.12743
- Moura, L. N. B. de, & Gomes, K. R. O. (2014). Planejamento familiar: uso dos serviços de saúde por jovens com experiência de gravidez. *Ciência & Saúde Coletiva*, 19(3), 853–863. doi:10.1590/1413-81232014193.10902013
- Richaud, M. C., Mestre, M. V., Lemos, V., Tur, A., Ghiglione, M., & Samper, P. (2013). La influencia de la cultura en los estilos parentales en contextos de vulnerabilidad social. *Avances en Psicología Latinoamericana*, 31(2), 419–431. Recuperado de <http://www.scielo.org.co/pdf/apl/v31n2/v31n2a09.pdf>
- Sampaio, I. T. A., & Gomide, P. I. C. (2007). Inventário de estilos parentais (Iep) – Gomide (2006): Percurso de padronização e normatização. *Psicologia Argumento*, 25(48), 15-26. Recuperado de <https://periodicos.pucpr.br/psicologiaargumento/article/view/19675>

- Sarti, C. A. (1994). A família como ordem moral. *Cadernos de Pesquisa*, 91, 46–53. Recuperado de <https://publicacoes.fcc.org.br/cp/article/view/875>
- Sarti, C. A. (2015). Famílias enredadas. In: M. A. F. Vitale, & A. R. Costa. *Família: Redes, Laços e Políticas Públicas* (6a ed., pp. 31-48). São Paulo: Cortez Editora.
- Silva, J. L. G. V., Soares, E. A., Caetano, E. A., Loyola, Y. C. de S., Garcia, J. A. D., & Mesquita, G. (2011). O Impacto da escolaridade materna e a renda per capita no desenvolvimento de crianças de zero a três anos. *Revista Ciências em Saúde*, 1(2), 62–67. doi:10.21876/rcsfmit.v1i2
- Silva, A. F., Sousa, J. S. de, & Araujo, J. A. (2017). Evidências sobre a pobreza multidimensional na região Norte do Brasil. *Revista de Administração Pública*, 51(2), 219–239. doi:10.1590/0034-7612160773doi:10.1590/0034-7612160773
- Silva, S. S. C., Pontes, F. A. R., Lima, L. C., & Maluschke, J. B. (2010). Rede social e papéis de gênero de casais ribeirinhos de uma comunidade amazônica. *Psicologia: Teoria e Pesquisa*, 26(4), 605-612. doi:10.1590/S0102-37722010000400004
- Szymanski, H. (2004). Práticas educativas familiares: A família como foco de atenção psicoeducacional. *Estudos de Psicologia*, 21(2), 5–16. doi:10.1590/S0103-166X2004000200001
- Yunes, M. A. M., Garcia, N. M., & Albuquerque, B. de M. (2007). Monoparentalidade, pobreza e resiliência: entre as crenças dos profissionais e as possibilidades da convivência familiar. *Psicologia: Reflexão e Crítica*, 20(3), 444–453. doi:10.1590/S0102-79722007000300012